

Sexta-Feira, 07 de Agosto de 2026

Universidade de Chicago proíbe celular, tablet e laptop em aulas do 1º ano de Direito

A Faculdade de Direito da Universidade de Chicago proibirá o uso de laptops, tablets e celulares nas disciplinas obrigatórias do 1º ano e aplicará provas presenciais sem acesso à internet, arquivos eletrônicos ou aplicativos. As medidas, previstas no plano "Rethinking Legal Education in the AI Era" (Repensando a educação jurídica na era da inteligência artificial), serão testadas no ano acadêmico de 2026-2027.

A estratégia prevê aulas sobre uso responsável da tecnologia, atividades de pesquisa e revisão com ferramentas de IA e até discussões orais para verificar se os alunos dominam os argumentos apresentados em trabalhos acadêmicos.

Sem telas no 1º ano

A mudança mais rígida atingirá as disciplinas centrais do primeiro ano, etapa que a faculdade considera decisiva para o desenvolvimento do pensamento crítico, da escrita jurídica e do julgamento estratégico.

Segundo o documento, nesse período os estudantes ainda têm pouca experiência para avaliar a qualidade das respostas produzidas por sistemas de IA. A preocupação é evitar que atalhos tecnológicos substituam o esforço intelectual necessário ao aprendizado.

No projeto-piloto de 2026-2027, laptops, tablets e celulares serão proibidos em sala, com exceções para atividades autorizadas pelos professores e adaptações destinadas a estudantes com deficiência. As provas serão presenciais, sem acesso à internet, arquivos eletrônicos ou aplicativos.

A faculdade também manterá a ênfase no método socrático. Para a instituição, a interação presencial favorece a reflexão e o raciocínio, enquanto a dependência de dispositivos pode prejudicar esse processo.

Escrever antes de usar IA

Na disciplina de pesquisa e redação jurídica do 1º ano, a estratégia será diferente. A faculdade considera que os estudantes encontrarão ambientes profissionais nos quais o uso de IA em tarefas de pesquisa e escrita já será uma realidade.

Por isso, o novo modelo combinará as duas experiências. Os alunos continuarão escrevendo sem IA, mas também poderão utilizar a tecnologia para pesquisa, revisão, aprimoramento de textos e preparação para argumentação oral.

Professores e estudantes analisarão tanto os trabalhos quanto o uso das ferramentas, com o objetivo de desenvolver a escrita independente e, paralelamente, a capacidade de avaliar e corrigir resultados produzidos pela IA.

A lógica faz parte de uma estratégia mais ampla da faculdade: evitar que a tecnologia substitua o esforço intelectual dos estudantes sem afastá-la da formação profissional. O plano também prevê reforço de habilidades consideradas essenciais à advocacia, como argumentação oral, pensamento crítico, julgamento estratégico e relacionamento com clientes.

Trabalho terá defesa oral

A inteligência artificial também provocará mudanças nos trabalhos acadêmicos exigidos para a conclusão do curso.

Para obter o título de Juris Doctor, os estudantes precisam produzir um trabalho substancial de pesquisa, o chamado SRP. A partir de agora, depois de entregar uma versão completa ou final, o aluno também deverá discutir presencialmente o conteúdo com o professor responsável.

A atividade poderá ocorrer individualmente ou em formato de apresentação acadêmica. O estudante responderá a perguntas sobre o raciocínio e os argumentos desenvolvidos no texto, demonstrando domínio do trabalho sem auxílio tecnológico.

Segundo a faculdade, a exigência também busca desenvolver uma habilidade importante para a prática jurídica: explicar e defender ideias em tempo real, seja em tribunais, negociações, reuniões com clientes ou no trabalho com outros profissionais.

Experimentação nas disciplinas

Nas matérias eletivas, as regras serão mais flexíveis. Restrições a dispositivos, método socrático e provas presenciais sem acesso externo continuarão como padrões, mas os professores poderão adotar outras estratégias.

A instituição incentiva experiências com provas intermediárias, projetos em grupo, apresentações orais, avaliações entre colegas, chatbots de estudo e exercícios gerados por IA. Também pretende ampliar a oferta de disciplinas dedicadas à inteligência artificial e ao Direito.

Nos trabalhos escritos dos anos mais avançados, poderão ser adotados workshops, redação supervisionada, apresentações e discussões individuais com professores.

IA na prática jurídica

As clínicas jurídicas serão outro espaço para conciliar o uso da tecnologia com o desenvolvimento de habilidades humanas. A proposta é permitir que os estudantes trabalhem com ferramentas de IA sob supervisão em situações envolvendo clientes e casos reais.

A faculdade já disponibiliza sistemas jurídicos de uso geral e ferramentas destinadas a áreas específicas, como atividades transacionais, imigração e produção de provas em litígios.

Cada clínica também deverá estabelecer regras próprias para o uso da tecnologia, inclusive para reduzir o risco de erros gerados por IA em documentos apresentados à Justiça e em outros trabalhos profissionais.

Estratégia em revisão

A Faculdade de Direito começou a discutir adaptações ao avanço da IA após o lançamento do ChatGPT, no fim de 2022. Desde então, criou um comitê dedicado ao tema, incorporou conteúdos de inteligência artificial ao currículo, abriu novas disciplinas e fundou um laboratório voltado ao desenvolvimento de ferramentas para ampliar o acesso à Justiça.

A estratégia foi elaborada após consultas a integrantes da comunidade acadêmica e profissionais do mercado jurídico e empresarial. Segundo a instituição, as políticas serão revistas periodicamente para acompanhar a evolução da tecnologia e da prática jurídica.

e o link: <https://www.migalhas.com.br/quentes/461884/universidade-de-chicago-proibe-celular-em-aulas-do-1-ano-de-direito>